

Amazônia já

Editorial Grupo Folha

Folha de S.Paulo, 22.dez.2019

Desastre conduzido pelo governo Bolsonaro demanda reação enérgica da sociedade

O governo Jair Bolsonaro tinha meros 25 dias no poder quando se deflagrou a maior tragédia ambiental do Brasil. Barragem da mineradora Vale se liquefez em Brumadinho (MG) e levantou um tsunami de rejeitos que matou 270 pessoas.

Era o prenúncio ominoso do que estava por vir, num ano pleno de más notícias para o meio ambiente —para nada dizer das notícias fraudulentas despejadas sobre o assunto desde o Planalto.

Falhou a Vale na manutenção da segurança e falhou o poder público em obrigá-la a tanto. Para isso deveriam servir o licenciamento ambiental e a fiscalização do cumprimento de suas exigências, mas tais processos se desvirtuaram em papelório e faz de conta que perdem de vista o objetivo primário, preservar a população e a natureza.

Bolsonaro e equipe fizeram mais que prostrar-se, entretanto. Capitanearam os esforços para afrouxar as normas do licenciamento, sob pretexto de desburocratizá-las (coisa de que por certo necessitam). Só não se consumou retrocesso completo porque o Congresso chamou para si a negociação e exerceu um poder moderador.

Desde a campanha Bolsonaro propagava doutrina nacionalista sobre a Amazônia, com críticas a governos estrangeiros e ONGs.

Seus discursos funcionaram como combustível para inflamar os ânimos da coalizão predatória contra a floresta, composta por grileiros, madeireiros ilegais e pecuaristas, e não faltou quem previsse a alta no desmatamento.

O aumento da destruição começou a ser detectado por satélites no final do primeiro semestre. Bolsonaro reagiu como sabe, negando a realidade com fabulações paranoicas contra o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que conduz o monitoramento da devastação há três décadas.

O presidente acusou o Inpe de falsificar dados e de estar a serviços das ONGs. Diante da reação altiva do diretor do instituto, Ricardo Galvão, exigiu e obteve sua exoneração do ministro da Ciência, Marcos Pontes. Galvão terminaria entre os dez cientistas mais destacados do mundo pela revista Nature.

Coerentemente, o Planalto não se limitou às palavras. Ricardo Salles, um ministro escolhido para desmontar as políticas da própria pasta do Meio Ambiente, cismou com o Fundo Amazônia, fonte de recursos para a floresta mantida por Noruega e Alemanha.

Quer alijar doadores e assumir o controle das verbas; na prática, só conseguiu paralisar o mecanismo.

O desgoverno ambiental já se tornava tema de conhecimento no mundo em agosto e setembro, na estação seca, com a explosão das queimadas que se seguem ao corte.

Confrontado com medidas de satélite, Bolsonaro inventou que não havia aumento de focos de incêndio, em comparação com anos anteriores, e que as ONGs estavam queimando as matas.

Imobilizado pela narrativa negacionista, o governo federal demorou a reagir. Com enorme atraso, montou operação espetaculosa de combate às chamas com as Forças Armadas e pediu ajuda a Israel.

Quase ao mesmo tempo, novo desastre ambiental encurralou a administração quando milhares de toneladas de petróleo cru começaram a aparecer nas praias do Nordeste. Repetiu-se o padrão de comportamento que mescla alienação, calúnia e inoperância, agora com Salles na vanguarda.

O papel bisonho desempenhado pelo ministro a serviço de Bolsonaro fecharia 2019 — que terminará, provavelmente, como o segundo ou terceiro ano mais quente da história— como nele entrou, metendo os pés pelas mãos.

Viajou a Madri para participar da 25ª conferência mundial sobre emergência climática e saiu dela como protagonista da obstrução que a transformou num fiasco.

Com tal sequência de desmandos, a área ambiental responde, até aqui, pelos danos mais palpáveis infligidos pelo bolsonarismo ao país. A alta de 29,5% no desmate da Amazônia junta números às declarações e ações desastradas do governo —com perda devastadora também para a imagem do país.

A calamidade demanda reação enérgica da sociedade. A todos, incluindo o agronegócio, interessa a defesa da região. Governadores, Congresso, empresariado e opinião pública podem e devem mobilizar-se contra retrocessos conduzidos pelo Executivo federal.